

17 OUT 2006

POLÍTICA ECONÔMICA

Economia - Brasil

# Mantega descarta qualquer tipo de choque

*Diretrizes monetária, fiscal e cambial não devem ser alteradas em um eventual segundo mandato*

SIMONE CAVALCANTI  
SÃO PAULO

No embalo da campanha do segundo turno para reeleger o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que, se houver continuidade de governo, será mantida o que chamou de política econômica sem choques, referindo-se claramente às questões fiscal, monetária e cambial. "Não há motivos para mudarmos de uma política gradualista para uma de choque", disse ontem durante painel da 46ª As-

sembléia Geral da Federação Mundial de Bolsas de Valores.

Mantega, agora, sustenta claramente que não é possível promover um choque cambial, "forçando a barra" para uma desvalorização artificial do real frente ao dólar. Da mesma maneira disse acreditar que a redução da taxa de juros ocorrerá pela trajetória da inflação em queda, e, não, por algum choque monetário. "Há indicações de que a inflação para 2007 também deverá ficar abaixo da meta de 4,5%, portanto, se deduz que a política monetária continuará flexível".

A continuar esse governo, está fora dos planos da atual equipe econômica um choque fiscal, ou seja, corte mais forte

nas despesas públicas. Mantega explicou que, independentemente de constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é facultado ao Executivo aplicar um redutor de des-



Guido Mantega

pesas correntes, que pode ser entre 0,1% e 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) já no próximo ano. Desta forma, diz, será possível fazer com que os gastos do governo federal cresçam menos proporcionalmente ao produto, caindo no primeiro ano dos atuais 17,6% do PIB para 17,5% do PIB.

Otimista, mesmo diante das perspectivas de economistas ouvidos pelo Banco Central que apontam crescimento de 3% para este ano e 3,5% para o

próximo ano, Mantega foi enfático ao dizer inúmeras vezes que o País reúne atualmente todas as condições para expandir mais do que 5% ao ano.

E é contando com um crescimento mais robusto que o ministro, que comemora oito anos consecutivos da realização de superávit primário (economia do governo, dada pelas despesas deduzidas de receitas, excluindo o pagamento de juros da dívida pública), disse ser perfeitamente possível chegar ao déficit nominal zero nos próximos quatro anos.

O cenário traçado para chegar a um esforço fiscal capaz de quitar os juros correntes leva em conta o crescimento das receitas entre 10% e 12% ao ano, impulsionadas pela atividade, o recuo do juro e o crescimento ordenado das despesas.